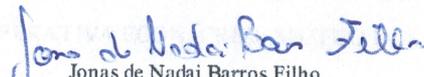
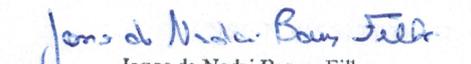


Balço Patrimonial - 12/2018

COOP. FLEURY - COOPERATIVA ECON. CRED. MUTUO DOS FUNC. DO FLEURY
AV. PAULISTA Nº 352 1º ANDAR SALA 13 PARAISO, São Paulo/SP. CEP: 01.310-000
CGC: 71.965.313/0001-22 - AF BACEN: 0

ATIVO	12/2018	12/2017	PASSIVO	12/2018	12/2017
CIRCULANTE	7,123,675.75	6,984,026.76	PASSIVO CIRCULANTE	259,066.07	147,479.25
DISPONIBILIDADES	11,094.47	26,121.57	OUTRAS OBRIGAÇÕES	259,066.07	147,479.25
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	792,724.20	1,916,990.39	Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	335.75	1,270.62
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3,533,776.40	1,982,910.30	Sociais e Estatutárias	208,806.27	99,311.53
Carteira Própria	4,326,500.60	3,899,900.69	Fiscais e Previdenciárias	9,577.96	12,790.94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,317,431.73	2,578,521.08	Diversas	40,346.09	34,106.16
Setor Privado	2,363,821.09	2,666,132.01			
(-) Prov. p/ Oper. Cred. Liq. Duvidosa	-46,389.37	-87,610.92			
OUTROS CRÉDITOS	468,648.95	479,483.42	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10,006,746.46	9,769,433.22
Diversos	468,648.95	479,483.42	Capital de Domiciliados no País	9,562,543.79	9,385,500.46
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2,484,540.35	2,321,747.04	Reservas de Lucros	354,377.59	343,809.93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,484,540.35	2,321,747.04	Sobras ou Perdas Acumuladas	89,825.08	40,122.83
Setor Privado	2,534,274.83	2,400,633.49			
(-) Prov. p/ Oper. Cred. Liq. Duvidosa	-49,734.47	-78,886.46	TOTAL DO PASSIVO	10,265,812.53	9,916,912.47
PERMANENTE	657,596.43	611,138.67			
INVESTIMENTOS	597,194.43	544,985.29			
Outros Investimentos	597,194.43	544,985.29			
IMOBILIZADO DE USO	60,402.00	66,153.38			
Imóveis de Uso	110,000.00	110,000.00			
Outras Imobilizações de Uso	43,807.12	43,807.12			
(-) Depreciações Acumuladas	-93,405.12	-87,653.74			
TOTAL DO ATIVO	10,265,812.53	9,916,912.47			


Jonas de Nadai Barros Filho
DIRETOR PRESIDENTE


Jonas de Nadai Barros Filho
DIRETOR RESPONSÁVEL ÁREA CONTÁBIL


Neide de Santi Oliveira
CRC: 1SP079954/O-0
CPF: 680.233.678-20
Contador

Descrição	2º Semestre/2018	2018	2017
10 - RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
711 Operações de Créditos	672,947.63	1,342,430.95	1,445,541.18
715 Resultado de Oper. c/ Títulos e Vlrs. Mobiliários	549,524.99	1,115,450.66	1,184,862.42
719 Resultado das Operações Compulsórias	123,422.64	226,980.29	260,678.76
	0.00	0.00	0.00
15 - DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
812 Operações de Captação no Mercado	27,316.54	47,507.69	119,415.48
814 Operações de Empréstimos e Repasse	0.00	0.00	0.00
820 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0.00	0.00	0.00
	27,316.54	47,507.69	119,415.48
20 - RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
	645,631.09	1,294,923.26	1,326,125.70
50 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
721 Receitas de Prestação de Serviços	-873,210.43	-1,189,246.69	-1,278,922.37
722 Rendas de Tarifas Bancárias	0.00	0.00	0.00
822 Despesas de Pessoal	0.00	0.00	0.00
824 Outras Despesas Administrativas	159,702.92	309,008.03	291,501.63
826 Despesas Tributárias	182,466.86	359,678.17	318,430.84
723 Resultado de Participações em Col. e Controladas	3,620.72	6,454.30	6,205.24
725 Outras Receitas Operacionais	0.00	0.00	0.00
832 Outras Despesas Operacionais	35,028.57	48,807.21	49,822.70
	562,448.50	562,913.40	712,607.36
60 - RESULTADO OPERACIONAL			
	-227,579.34	105,676.57	47,203.33
65 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
	0.00	0.00	0.00
75 - RESULT. ANTES DA TRIB. S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES			
	-227,579.34	105,676.57	47,203.33
80 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
890 Provisão de Imposto de Renda	0.00	0.00	0.00
891 Provisão para Contribuição Social	0.00	0.00	0.00
892 Ativo Diferido	0.00	0.00	0.00
85 - PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO			
	0.00	0.00	0.00
90 - LUCRO LIQUIDO (PREJUÍZO)			
	-227,579.34	105,676.57	47,203.33
92 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO			
	562,407.44	562,407.44	712,275.56
95 - LUCRO POR AÇÃO			
	0.01	0.01	0.00

São Paulo - SP, quarta-feira, 16 de janeiro de 2019

COOPERATIVA ECON. CRED. MUTUO DOS FUNC. DO FLEURY

CNPJ: 71.965.313/0001-22 AF: 0

Jonas de Nadai Barros Filho
DIRETOR PRESIDENTE
Jonas de Nadai Barros Filho

Jonas de Nadai Barros Filho
DIRETOR RESPONSÁVEL ÁREA CONTÁBIL
Jonas de Nadai Barros Filho

Neide de Santi Oliveira
Contador
Neide de Santi Oliveira
CRC: 1SP079954/O-0
CPF: 680.233.678-20

RELATÓRIO DE AUDITORIA COOPERATIVA EXERCÍCIO 2018

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
FUNCIONÁRIOS DO FLEURY**

CNPJ: 71.965.313/0001-22

Protocolo de Entrega

Diretoria ___/___/___ Visto _____ **Função** _____

Conselho Fiscal ___/___/___ Visto _____ **Função** _____

SUMÁRIO

1 – RELATÓRIO DE AUDITORIA COOPERATIVA

1.1. Escopo Previsto na Circular nº 3.799/2016

- I – Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira;**
- II – Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais;**
- III – Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos;**
- IV – Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos;**
- V – Em relação às regras e práticas de governanças e controles internos;**
- VI – Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital;**
- VII – Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT)**

2 - CONCLUSÃO

RELATÓRIO AUDITORIA COOPERATIVA

À Administração da
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO FLEURY

Prezados Senhores:

Visando atender as disposições da Resolução CMN nº 4.454/2015 do Banco Central do Brasil, segue o relatório que contém os principais procedimentos, exames efetuados e as recomendações de melhoria (se for o caso).

Desenvolvimento dos trabalhos

A Resolução CMN nº 4.454/2015 do Banco Central do Brasil, estabeleceu que fosse levado em consideração a complexidade das operações e o porte da cooperativa, a avaliação preliminar de riscos e a adequação da situação econômico-financeira.

Nossos trabalhos foram realizados baseado no escopo determinado pela Circular Bacen nº 3.799/2016, no qual as análises foram efetuados através de testes documentais específicos por amostragem sobre as principais operações, sendo aprofundado e considerando a materialidade e relevância.

Principais Procedimentos de auditoria

Para fins de aplicação de nossa metodologia de trabalho consideramos os documentos e normativos internos mantidos pela Cooperativa.

Os principais procedimentos aplicados em nossos trabalhos, com a finalidade de abranger a avaliação da instituição auditada, que consistem em:

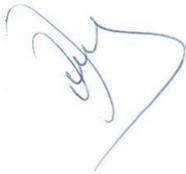
- Leitura dos normativos internos;
- Exame dos balancetes e documentações comprobatórias dos saldos apresentados pela Cooperativa, com o objetivo de verificar se os limites operacionais estabelecidos para diversificação do Risco na concentração de aplicações financeiras e empréstimos, atendem aos normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – Bacen;

- O Patrimônio de Referência, que é a base para estabelecer a diversificação do Risco na concentração das aplicações financeiras, empréstimos, imobilização e Patrimônio de Referência Exigido, foi estabelecido mediante utilização das operações algébricas dos saldos apresentados, conforme normativo do Banco Central do Brasil;
- Exame da segregação de funções nas áreas envolvidas; e
- Verificação do cumprimento das demais normas do BACEN para as Cooperativas de Crédito.

São Paulo, 04 de Dezembro de 2018.



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC - 2SP 023.880/O-7



MARCELINO VASCONCELOS BARROSO
Responsável Técnico
CRC 1SP 205.606/O-9

Informações Técnicas

Responsável Técnico - Marcelino Vasconcelos Barroso

Auditor Executor dos Trabalhos: Marcela Pereira Barroso Martins

Período Auditado – Data-base: OUTUBRO 2018

Data de Realização: 12/09/2018 à 04/12/2018

Informações adicionais da Cooperativa:

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO
FLEURY

Classificação: Capital e Empréstimo

Endereço Sede: Av. Paulista, 352 – 1º andar, sala 13 – São Paulo - SP

Nº Associados: 2.156

Nº Funcionários: 03

ESCOPO PREVISTO NA CIRCULAR Nº 3.799/2016

Segue o resultado da análise realizada conforme o escopo da Circular nº 3.799/2016

I – EM RELAÇÃO À ADEQUAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL E DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

- a) **Situação econômico-financeira, incluindo aspectos de higidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras e perdas;**

As composições dos saldos das contas patrimoniais foram analisadas com base na materialidade definida para análise, tendo como data-base Outubro de 2018.

Nossa avaliação foi efetuada por meio do balancete mensal, e resultados dos indicadores foram satisfatórios.

ATIVO		
Descrição	Valor	AV (%)
DISPONIBILIDADES	11.878,68	0,1%
APLICAÇÕES EM DEP. DE POUPANÇA	1.051.266,68	10,5%
TITULOS VRS. MOBILIARIOS	3.018.853,47	30,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.828.542,93	48,2%
OUTROS CRÉDITOS	478.226,53	4,8%
OUTROS VALORES E BENS	-	0,0%
PERMANENTE	624.081,42	6,2%
TOTAL DO ATIVO	10.012.849,71	100%

PASSIVO		
Descrição	Valor	AV (%)
DEPOSITOS	-	0,0%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	0,0%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	0,0%
OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS E REPASSES	-	0,0%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	231.642,16	2,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.568.413,98	95,6%
RESULTADO	212.793,57	2,1%
TOTAL DO PASSIVO	10.012.849,71	100%

b) Integridade e fidedignidade das informações contábeis;

A coerência e idoneidade das informações contábeis foram baseadas nas documentações comprobatórias apresentados para Auditoria.

c) Conciliação de saldos contábeis relevantes;

Analizamos as conciliações contábeis das contas patrimoniais, e não foram identificadas pendências significativas e verificamos que estão adequadas.

d) Processos de concessão e de gerenciamento de créditos;

Efetuamos testes de adequação e suficiência nos controles mantidos nas operações de crédito, tendo como referência a aderência e o cumprimento da política de concessão de crédito adotado, no que tange a suficiência das alçadas, critérios dos limites, garantias prestadas, responsabilidades diretas e indiretas, formalizações e concentrações, validação de saldos contábeis com relatórios operacionais e adequação da provisão de risco.

A cooperativa opera com regras ditadas pelo regulamento interno vigente desde 01/12/2016.

Solicitamos relatório analítico de operações de crédito no qual a Diretoria acompanha o volume da carteira, recursos e limites disponíveis para contratações de operações de crédito, concentração, inadimplência, entre outros.

Para fins de análise da carteira, foram selecionados do total de operações considerando os maiores valores de concessões, e também as operações de créditos dos membros da diretoria, conselho fiscal e funcionários, com base no Relatório de Empréstimos referente à data base 31 de outubro 2018.

Apuramos que os 10 (dez) maiores devedores têm 8,37% ou R\$ 418.760,61 do total das operações de crédito.

e) Critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES)

Verificamos que os critérios adotados para distribuição de sobras, formação de reservas e FATES estão definidos no Estatuto Social da Cooperativa e levados para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

II – EM RELAÇÃO À ADEQUAÇÃO E À ADERÊNCIA DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS;

a) Segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas;

Constatamos que a estrutura organizacional foi estipulado em Estatuto, assim sendo definido que a Cooperativa seria comandada por Diretoria Executiva.

Verificamos que a cooperativa não possui segregação de função, pois os diretores participam da cooperativa no momento das análises e liberação das operações de créditos. A cooperativa possui 3 (três) funcionários que executam todas as atividades burocráticas e financeiras. A contabilidade é feita por contador terceirizado, que executa as conciliações contábeis e prepara as demonstrações e informações para serem enviadas aos órgãos reguladores e fiscais.

Em consulta ao sistema UNICAD - relação de vínculos dos diretores responsáveis por Área de Atuação, estando os cadastros adequados.

b) Manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável;

Cooperativa aderiu aos Manuais padrões e regulamentos internos do sistema Sicoob.

c) Processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados;

Em análise nas atas de reuniões da Diretoria e Conselho Fiscal, bem como nas atas das Assembleias Gerais, constatamos que ocorre prestação de contas sobre a situação financeira e o desempenho da Cooperativa.

a) Códigos de conduta e de ética, quando aplicável;

A cooperativa adota um manual de conduta e ética extensivo aos Diretores, Conselheiros Fiscais e aos colaboradores da entidade.

Todos os funcionários assinaram dando Ciência ao Código de Ética.

III – EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO, À CAPACITAÇÃO E À REMUNERAÇÃO COMPATÍVEIS COM AS ATRIBUIÇÕES E CARGOS;

- a) Política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive bônus por desempenho ou similares;**

Verificamos que os membros da Diretoria e Conselho Fiscal não são remunerados, conforme definição em Assembleia Geral Ordinária.

- b) Formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes, e dos integrantes da equipe técnica**

Em nossos trabalhos, foi analisado folha de pagamento dos funcionários da Cooperativa e verificado que a remuneração é compatível com suas atribuições e cargos.

IV – EM RELAÇÃO À ADEQUAÇÃO DOS LIMITES OPERACIONAIS E DOS REQUERIMENTOS DE CAPITAL;

- a) Requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR);**
b) Limites de exposição por clientes;
c) Outros limites operacionais

Segue o enquadramento dos limites estabelecidos pelo Bacen

Descrição	Limite (R\$)	Situação Atual	Valor Disponível / Excedido (R\$)	Status
Limite de exposição por cliente (<i>art. 23 da Res. 4.434/15</i>)	1.464.235,13 15%	69.243,16 0,71%	1.394.991,97	Enquadrado
Grau de Imobilização (<i>Inciso III, art. 4 da Res. 2.669/99</i>)	4.880.783,78 50%	61.355,64 0,62854%	4.819.428,14	Enquadrado
Limite para Aplicação (saldos em C/C + TVM por instituição) <i>art. 23 da Res. 4.434/15</i>	2.440.391,89 25%	1.051.266,68 10,77%	1.389.125,21	Enquadrado
Patrimônio Referência	9.761.567,55			

A cooperativa está enquadrada conforme exigido pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

V – EM RELAÇÃO ÀS REGRAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇAS E CONTROLES INTERNOS;

a) Constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente

a.1) Verificamos que a Cooperativa aprovou a Política de Sucessão na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/05/2017.

a.2) Analisamos as práticas de governança corporativa:

- **Diretoria**

Evidenciamos que a atual Diretoria tem mandato até 2019.

Diretor Presidente – Jonas de Nadai Barros Filho
Diretor Tesoureiro – Denise Aparecida Zaninelli **
Diretor Tesoureiro – Jonas de Nadai Barros Filho
Diretor Operacional – Amauri Jose da Silva

As reuniões dessa Diretoria estão ocorrendo de acordo com as determinações contidas no Estatuto Social e estão sendo devidamente lavradas em atas, sendo que a reunião referente ao mês de setembro de 2018 foi realizada em 29/10/2018;

** Tendo em vista o falecimento do Diretor Tesoureiro Denise Aparecida Zaninelli em 31/03/2018, houve aprovação em Ata de Reunião 06/04/2018 que o Diretor Presidente acumulará interinamente a função de Diretor Tesoureiro até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2019. Homologação Banco Central em 18/05/2018 pelo Ofício 8755/2018.

- **Conselho Fiscal**

Evidenciamos que o atual Conselho Fiscal, com mandato até 2019.

Efetivo – Orlando Aparecido Andrade Almeida
Efetivo – Clauderice Ribeiro Perales Rubim
Efetivo – André Luiz de Oliveira Barros
Suplente – Monica íris Panico
Suplente – Patrícia Battaglia G. Lourenço
Suplente – Glenda Cristina Rodella da Silva

As reuniões do Conselho Fiscal estão ocorrendo de acordo com as determinações contidas no Estatuto Social e estão sendo devidamente lavradas em atas, sendo a última reunião datada de 11/09/2018;

a.3) Verificamos que as Assembleias Gerais estão em conformidades com o Estatuto e os normativos vigentes, sendo que a última Assembleia Geral Ordinária foi realizada em 24/04/2018.

A referida Assembleia não houve necessidade de homologação do Banco Central devido a AGO apenas para prestação de Contas do exercício, e registrada na Jucesp em 24/10/2018.

b) Implementação, adequação e conformidades do sistema de controles internos

A cooperativa é filiada da CECRESP e utiliza os sistemas e políticas desenvolvidas por essa Central. Não constatamos desconformidades

c) Estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação;

A cooperativa é filiada da CECRESP e utiliza os sistemas e políticas desenvolvidas por essa Central. Não constatamos desconformidades relativas ao requisito acima

d) Normas, estruturas e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados

A cooperativa é filiada da CECRESP e utiliza os sistemas e políticas desenvolvidas por essa Central. Não constatamos desconformidades relativas ao requisito acima

VI – EM RELAÇÃO À ADEQUAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL;

a) Capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações;

Cooperativa de baixa complexidade, atualmente classificada como “Capital e Empréstimo”. Verificamos os relatórios Gerais das operações e estão adequados ao seu porte.

b) Segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais;

A cooperativa tem seu quadro de funcionário enxuto onde verificamos a segregação das atividades entre gestor e área operacional.

c) Planos para contingências e continuidade de negócios;

Plano de Continuidade dos negócios desenvolvidos pela Central Cecresp e adotado pela Cooperativa.

VII – EM RELAÇÃO À PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PLD/FT)

- a) Adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controles de Atividades Financeiras (Coaf)**
- b) Adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros;**
- c) Adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização;**
- d) Adequação da auditoria interna em PLD/FT**

Em relação à prevenção da lavagem dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT) a Cooperativa por ser integrante do Sistema Sicoob e filiada a Central Cecresp, aderiu aos manuais padrões do sistema.

Verificamos que a cooperativa entregou a Declaração Anual Negativa ou Comunicação de não ocorrência ao Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras.
Ano Calendário: 2017 Entrega: 11/01/2018

Constatamos que os membros da Diretoria realizaram o treinamento em prevenção da lavagem dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT).

CONCLUSÃO

De acordo com os procedimentos de auditoria cooperativa aplicados aos trabalhos desta natureza, certificamos a consistência e adequação dos saldos contábeis apresentados, as formalidades e a eficiência nos controles da documentação comprobatória, que atendem aos termos da Resolução CMN nº 4.454/2015 e em conformidade ao escopo da Circular Bacen nº 3.799/2016.

Concluimos em nosso trabalho que o gerenciamento das contas contábeis e os controles internos adotados são satisfatórios para garantir o cumprimento as regras estabelecidas pela administração da Cooperativa e pelos órgãos reguladores.

São Paulo, 04 de Dezembro de 2018.



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC - 2SP 023.880/O-7



MARCELINO VASCONCELOS BARROSO
Responsável Técnico
CRC 1SP 205.606/O-9



MARCELA PEREIRA BARROSO MARTINS
Auditor
CRC 1SP 256.500/O-2